



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

ANIMAIS DE COMPANHIA EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS: ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUAS ABORDAGENS NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX – BA

ÁUREA ARAGÃO CARIBÉ DIAS¹

SILVIA DE OLIVEIRA PEREIRA²

RESUMO

A presença de animais de companhia em espaços públicos do município de São Félix é um dado de relevância para a saúde coletiva. Contudo, não há políticas sociais municipais voltadas para a questão. Protetoras de animais atuam para mitigar o sofrimento animal. A pesquisa ora apresentada investiga essa problemática à luz de propostas de manejo de animais pautadas na concepção de saúde única.

Palavras-chave: animais de companhia, políticas sociais, protetoras de animais, saúde única, território.

ABSTRACT

The presence of companion animals in public spaces in the municipality of São Félix is important information for public health. However, there are no municipal social policies aimed at this issue. Animal protectors work to mitigate animal suffering. The research presented here investigates this problem in light of animal management proposals based on the concept of one health.

Keywords: companion animals, social policies, animal protection, one health, territory.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho são apresentados resultados parciais de uma pesquisa sobre a problemática dos animais de companhia (cães e gatos) na cidade de São Félix, município da

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Bahia. Localizado a cerca de 110Km da capital, São Félix conta com uma população em torno de 11 mil habitantes (IBGE) e pertence ao Território de Identidade³ Recôncavo (SEPLAN, 2022). No que diz respeito à área territorial, São Félix está entre os municípios com menor área urbanizada no Brasil e da Bahia: é o 4773º de 5570 municípios do país e 388º de 417 municípios da Bahia (IBGE). Apenas 0,99 Km² do território municipal correspondem à cidade e 17,3% das vias públicas estavam urbanizadas até 2019 (IBGE). Neste território urbano é patente a presença de cães e gatos, sem supervisão aparente.

A população dos animais de companhia em situação de rua pode ter razões diversas, de acordo com o território. Alves et al. (2013) elencam os problemas que esses animais podem ocasionar, com ameaça à saúde pública e questões de caráter socioambiental. No quesito saúde pública, destacam-se as zoonoses e as implicações relativas a possíveis agressões dos animais aos humanos e a outros animais, que comprometem tanto a integridade física como a psicológica das vítimas, especialmente se forem crianças. No aspecto socioambiental, problemas como a perturbação do sossego por conta dos ruídos dos animais (latidos, uivos, miados), sobretudo durante a madrugada, desordem com o reviramento de lixos e os excrementos dos animais nas vias públicas, são dignos de nota.

Na perspectiva do bem-estar animal, o abandono e a falta de supervisão oportunizam uma série de problemas: sua reprodução descontrolada e superpopulação; brigas e suas consequências, a exemplo de feridas e doenças (zoonóticas ou não) que comprometem sua saúde e bem-estar; crimes de maus-tratos; além da fome, da sede, do desconforto do desabrigoamento (com o calor, o frio, as chuvas) e do padecimento emocional (The International Companion Animal Management Coalition, 2019). A deterioração da aparência física dos animais abandonados, como resultado de todo o sofrimento ao qual estão submetidos, intensifica as suas condições de maus-tratos, uma vez que passam a gerar repulsa e/ou desprezo em grande parte da população humana. Todos esses problemas colocam os animais em situação de vulnerabilidade total frente à negligência, maldade ou intervenções inadequadas.

Bem-estar animal, saúde pública e saúde ambiental se interseccionam e se retroalimentam no contexto da saúde única. É indispensável que todos esses aspectos estejam em nível adequado, para que cada um deles esteja em nível satisfatório, isoladamente. Trata-se de um

³ Os Territórios de Identidade são unidades de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituídos por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formados de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (SEPLAN, 2014).

sistema integrado, sendo necessário, dessa forma, entender como se relacionam e incidem uns sobre os outros. Um animal, humano ou não-humano, não é capaz de se manter saudável em um ambiente insalubre; um ambiente não consegue preservar condições de bem-estar, caso haja animais adoecidos habitando-o.

No município de São Félix constata-se a presença de pontos de abandono de gatos e/ou cães, sobretudo filhotes. Estes pontos estão localizados principalmente onde há estabelecimentos que comercializam comida, em ruínas de imóveis, ou em portas de comércios e de residências de protetoras de animais. Nestes locais, os animais ficam sujeitos a uma série de riscos e vão morrendo sistematicamente, atropelados, doentes, em decorrência de desmame precoce, dentre outras diversas razões. Por meio de observação informal, compreende-se que há cadelas e gatas matrizes em diversos pontos da cidade, domiciliadas ou em situação de rua, que se reproduzem e têm as suas crias levadas – muitas vezes recém-paridas ou em fase de aleitamento – para serem abandonadas nesses pontos de descarte.

O município de São Félix, na figura da sua administração pública, parece ignorar o problema e sua relevância e complexidade, que padece de invisibilidade e falta de prestígio político. Embora o abandono seja feito pelos moradores, é indispensável a intervenção do poder público, com o objetivo de administrar a conjuntura. Esse panorama leva a constatações como a que chegaram Lewgoy, Sordi e Pinto (2015) de que “Os animais domésticos de companhia estão entre os menos protegidos pelas ações governamentais, na medida em que o crescimento dos movimentos de defesa dos animais foi acompanhado de uma irresponsabilização das atribuições do poder público”.

Garcia, Calderón e Ferreira (2012) argumentam que:

O manejo populacional dos cães de rua exige estratégias políticas, sanitárias, etológicas, ecológicas e humanitárias que sejam socialmente aceitas e ambientalmente sustentáveis para promover a participação social e integrar o controle das zoonoses, como a raiva e leishmaniose – ou seja, estratégias inseridas no conceito de “uma só saúde”, que beneficia tanto os animais quanto as pessoas das comunidades.

Em São Félix, encontram-se diferentes tipos de transtornos causados pelos animais de companhia. O incômodo causado pelos cães latindo e os gatos miando durante as madrugadas; gatos destelhando casas e causando prejuízos; cães que perseguem e ameaçam morder pessoas em vias públicas; presença de animais doentes e fezes de animais pelas ruas são alguns deles. É frequente as pessoas se queixarem, se irritarem e ameaçarem animais e protetoras. Estas últimas, por sua vez, também sofrem com os mesmos incômodos dos demais moradores, e ainda



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

se veem apreensivas pela sua segurança e dos animais e com uma sobrecarga de trabalho por uma demanda que não se finda com a sua atuação. Sensíveis ao sofrimento animal, essas mulheres estão vulneráveis a problemas com vizinhança, acúmulo de animais, violência doméstica, riscos de despejo e despejo, dificuldades financeiras e adoecimento psíquico.

A despeito desse panorama, não há ainda uma movimentação no sentido de se constituir uma ação civil organizada no município. Não há ONG, não há uma associação de protetores e não há políticas sociais voltadas para a questão. Não há Unidades de Vigilância de Zoonoses, não há abrigo público para os animais. Há algumas protetoras reconhecidas pela população, mas que essencialmente alimentam, oferecem água e, eventualmente, medicam e abrigam aos animais. Não há uma comunicação entre essas protetoras ou uma rede de apoio para elas. A sua atuação é independente, autônoma, feita com recursos próprios e com sérias implicações para seu bem-estar, haja vista a responsabilidade que tem com o atendimento das condições básicas e diárias de sobrevivência dos animais que cuidam.

Estou inserida no contexto dessa temática, primordialmente, como protetora de animais. Em 2017 iniciei, no referido município, atividades na proteção animal de maneira independente, buscando popularizar e ampliar ações de controle populacional desses animais. Ao longo desse período organizei eventos de castração popular, participei de uma tentativa de fundar uma ONG de proteção animal e realizei ações de cuidados com animais em situação de vulnerabilidade, seja resgatando-os, castrando-os, alimentando-os, oferecendo suporte médico básico, em parceria com veterinários, promovi adoções responsáveis e provi apoio para tutores de animais da região.

Infelizmente a minha capacidade de intervenção é bastante limitada, sobretudo em questões de maus-tratos, o que me causa frustração face à invisibilidade do problema. Diante deste cenário, em 2022 elaborei um projeto de manejo, bem-estar e guarda responsável dos animais de companhia do município e apresentei à Câmara de Vereadores. O projeto não foi aprovado pela prefeitura, com a justificativa de limitações orçamentárias.

Não há solução em curto prazo para as demandas da proteção animal. A mitigação do sofrimento, com vistas a uma vida em condições aceitáveis de bem-estar, é razoável e possível para animais em situação de rua. Nessa perspectiva, a regulamentação da condição de animais comunitários tem adquirido força e projeção nas duas últimas décadas. Trata-se de animais que vivem em lugares públicos – logradouros, praças, pontos de ônibus, campi universitários –, com sentimento de pertença ao território e reconhecidos pelas pessoas locais. Esses animais recebem

“algum tipo de cuidado regular (comida, água, abrigo etc) de um (ou mais) membros da comunidade” (ICAM, 2019).

A adoção de programas de animais comunitários se mostra positiva em vários sentidos. Uma vez atendido em suas necessidades básicas e adequadamente manejado – com vacinação, esterilização, e vermifugação – esse animal atua como barreira reprodutiva e sanitária. Em outras palavras: a presença do animal comunitário dificulta a entrada de outros animais no território, inibe vetores e funciona como sentinela para doenças, dentre outros benefícios. (Comissão de Zoonoses e Bem-Estar Animal /Conselho Regional de Medicina Veterinária-PR, 2011; CONSTANTINO, 2016). Runcos (2014) sugere que os resultados positivos encontrados na sua pesquisa sobre animais comunitários, podem referenciar o poder público em políticas de promoção da guarda responsável.

Embora as preconizações sobre manejo de populações de cães e gatos sejam pauta importante de organizações internacionais como a OMS, com atualizações periódicas há mais de cinco décadas (World Health Organization, 1973), a revisão da literatura revela defasagem de seus quadros conceituais, utilizados nas pesquisas em saúde pública e epidemiologia, relacionadas aos animais de companhia. É muito comum um reducionismo de categorias de guarda responsável a aspectos sanitaristas e uma abordagem antropocêntrica. São pouco reconhecidas as diretrizes de manejo de populações de cães e gatos na perspectiva da saúde única, pautadas em especificidades territoriais e diálogo com a comunidade (ICAM, 2019). É incipiente a pesquisa que correlaciona os fatores socioculturais à saúde pública, bem como a relevância do bem-estar animal em todas as suas dimensões.

A revisão ainda demonstra notória predominância de pesquisas na área de saúde *stricto sensu*, com destaque para a medicina veterinária. Ao mesmo tempo, continua escassa a pesquisa social que aborda a problemática dos animais de companhia e sua relevância socioambiental. Destarte, é fundamental o aumento de pesquisas sociais, sobretudo em perspectivas territoriais, para a criação de subsídios científicos, que respaldem e fortaleçam outras iniciativas acadêmicas, como também forneçam diretrizes para a elaboração de políticas sociais voltadas para a temática em foco.

O quadro teórico utilizado na pesquisa versa sobre bem-estar animal, guarda responsável, saúde única, protetores de animais, território e políticas sociais. O World Animal Protection (2022) explica que “De modo geral, ‘bem-estar’ se refere à qualidade de vida de um animal – se ele tem boa saúde, se suas condições física e psicológica são adequadas, e se pode expressar seu



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

comportamento natural”. A guarda responsável, por seu turno, pode ser entendida, de forma bastante resumida, como “um princípio do bem-estar animal em que proprietários têm o dever de fornecer cuidado suficiente e apropriado a todos os seus animais” (ICAM, 2007). O Ministério da Saúde do Brasil (2023) define que “a saúde única é uma abordagem global multisetorial, transdisciplinar, transcultural, integrada e unificadora que visa equilibrar e otimizar de forma sustentável a saúde de pessoas, animais e ecossistemas”.

No entendimento de Osório (2011) o protetor de animais “é o voluntário que retira um animal da rua, oferece a ele tratamento veterinário e o encaminha para ser adotado por outra pessoa. Pode também se referir a quem alimenta assiduamente uma colônia de gatos, sem necessariamente retirá-los do local”. O presente texto utiliza a categoria no gênero feminino, haja vista a reconhecida predominância de mulheres na atividade (OSÓRIO, 2016) e amplia o conceito ao afirmar que a protetora de animais é a voluntária que oferece algum tipo de cuidado sistemático aos animais em situação de vulnerabilidade, seja alimento, água, abrigo ou assistência de qualquer outra natureza.

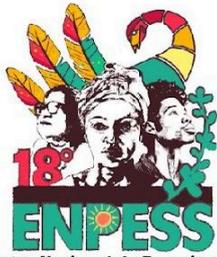
Acerca do território, Santos (1998) explica que este está além do espaço físico, trata-se do que acontece nele: “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Koga (2003) explica que o território também diz respeito a valores, sentimentos e perspectivas que rodeiam a vida das populações que o habitam. A concepção destes autores é adotada nesta pesquisa. Sobre políticas sociais, estas se relacionam à gestão de serviços sociais, na perspectiva da busca por resolver problemas sociais diversos, como os relacionados a grupos minoritários e excluídos – por raça e gênero, por exemplo – e a questões como pobreza e desigualdade social (SOUZA, 2011).

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Analisar como são manejados os animais de companhia do território de São Félix, Bahia.

2.2 Objetivos específicos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- Investigar a existência de políticas sociais para os animais de companhia do município;
- Compreender a percepção/visão dos habitantes de São Félix sobre os animais de companhia;
- Identificar as formas de atuação da proteção animal no território.

3. METODOLOGIA

Devido à etapa em que se encontra a pesquisa, a metodologia ora apresentada diz respeito apenas ao terceiro objetivo específico. Trata-se de levantamento ancorado, primordialmente, em um debate teórico. Como sou protetora de animais no território pesquisado, já estou em campo e faço observação participante, de caráter informal, há cerca de sete anos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que exige rigores particulares, por se tratar de uma temática em que estou implicada. A posição de protetora de animais assinala um incontornável envolvimento e me coloca de sobreaviso, reiterando escrúpulos metodológicos para refrear vieses de interpretação, pois “diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber” (Bachelard, 1996, p. 18).

Por outro lado, é justamente por ser uma protetora de animais que asseguro propriedade para compreender determinadas questões que atravessam a temática. Tal posição ambígua, todavia, menos do que nova, é inerente à pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Ao dissertarem sobre prós e contras da condição de observador participante, Laville e Dione (1999, p. 182) concluem que “essa integração pode levá-lo a participar mais intensamente da vida do grupo e, assim, alcançar uma qualidade e uma profundidade de informação inacessíveis de outra forma”.

Como a presente pesquisa tem traços etnográficos, é possível afirmar que “estratégias de investigação etnometodológica dão atenção especial às técnicas de observação participante e à compreensão dos símbolos e categorias empíricas que um determinado grupo usa para se referir a seu mundo e aos processos que está vivendo” (MINAYO, 2014, p. 150).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na observação dos animais de companhia nos espaços públicos de São Félix, conhecimento prévio sobre dinâmicas de convivência entre a população humana e desses animais e vivência da proteção animal, é possível inferir sobre a condição de abandono de muitos animais avistados, bem como a condição de comunitários ou semi-domiciliados para a qual muitos deles acabam migrando. Também é possível compreender que reprodução descontrolada de muitos desses animais gera um contingente de filhotes abandonados em pontos de descarte, característica relevante dessa problemática, na cidade.

Os resultados parciais encontrados corroboram com a hipótese de que os animais em situação de rua são manejados pela população, mais frequentemente por protetoras de animais. Apesar desse panorama, ainda não há uma movimentação no sentido de se constituir uma ação civil organizada no município. Não há ONG, não há uma associação de protetoras e não há políticas sociais voltadas para a questão.

A atividade mais cotidiana das protetoras é alimentar e ofertar água aos animais. Contudo, é possível listar inúmeras outras, tais como o resgate e o abrigamento de animais vulneráveis; cuidados em saúde, com vacinação, vermifugação e desparasitação, por exemplo; acompanhamento de animais para o atendimento em clínicas veterinárias; captura e esterilização de animais (realizadas por veterinárias) e adoção dos animais – definitiva ou provisória, enquanto providenciam outro lar para eles.

A atuação das protetoras é independente, autônoma, feita com recursos próprios e com sérias implicações para seu bem-estar, haja vista a responsabilidade que tem com o atendimento das condições básicas e diárias de sobrevivência dos animais que cuidam. É um panorama que revela a imensa carência e demanda social por serviços públicos voltados para os animais de companhia, numa perspectiva de saúde única. Sobre essas repercussões, Baquero (2019, p. 05) elabora:

Uma mulher negra não heteronormativa que vive em uma favela e protege os animais enfrenta o fardo de múltiplas margens que comprometem a capacidade de cuidar de seus animais. A deterioração da saúde animal e o controle reprodutivo insuficiente aumentam as exigências psicológicas e econômicas, enquanto a propagação zoonótica e a sobrepopulação animal agravam o fardo comunitário.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Outro achado importante é a existência de colônias de gatos em muitos pontos do território e as protetoras são sua principal fornecedora de alimento e cuidados. Os cães comunitários também são comuns. Frequentemente cães saem da condição de abandono para adentrarem a configuração de comunitários, porquanto começam a ser reconhecidos e alimentados pela comunidade. O animal, então, se estabelece nesse local e passa a ser reconhecido e respeitado pelo coletivo das pessoas que aí residem, ou trabalham.

A adoção de programas de animais comunitários se mostra benéfica em vários sentidos. Uma vez atendido em suas necessidades básicas e adequadamente manejado – com vacinação, esterilização, e vermifugação – esse animal atua como barreira reprodutiva e sanitária (CZBEA/CRMV-PR, 2011; CONSTANTINO, 2016). Runcos (2014) sugere que os resultados positivos encontrados na sua pesquisa sobre animais comunitários, podem referenciar o poder público em políticas de promoção da guarda responsável.

4. CONCLUSÃO

Cada território possui particularidades que devem ser conhecidas e respeitadas para uma adequada elaboração de estratégias de manejo dos animais de companhia que aí se encontrem. Princípios de bem-estar animal e humano, bem como condições de higiene e salubridade são inegociáveis, mas não podem ser ortodoxas a ponto de inviabilizar perspectivas de adequação de planos de manejo. Assim, programas de manejo e controle populacional devem ser devidamente adaptados à realidade em vista.

Muito embora a relação entre humanos e os animais de companhia date de milhares de anos, o conhecimento para o exercício da guarda responsável não é atávico. O adequado manejo dos animais de companhia é procedimento de fundamental importância nos territórios em que se façam presentes, devido a sua relevância para a saúde única e bem-estar coletivo. E o movimento de proteção animal, na figura de suas protetoras, é incapaz de dar conta dessa demanda. É necessária a participação do Estado na criação de políticas que assegurem às pessoas e aos animais o suporte necessário para a manutenção de níveis satisfatórios de saúde, bem-estar e segurança.

O controle da natalidade por meio da esterilização e a educação em guarda responsável, dois pilares estruturantes dos programas de manejo e controle populacional de cães e gatos,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

demonstram a sua precisão ao se observar territórios como o da cidade de São Félix. Contudo, haja vista que as populações de cães e gatos integram a paisagem pública, faz-se necessário pensar estratégias em que segurança, bem-estar e saúde coletivas sejam incorporados a essas realidades, aos modos de vida das populações que aí habitam. A regulamentação de programas de animais comunitários, desponta como uma das mais adequadas e exitosas nesses contextos territoriais.

É urgente pautar a necessidade de políticas sociais voltadas para as protetoras de animais, com o reconhecimento do seu trabalho, remuneração, formações e assistência tanto para os animais que cuidam, quanto para si mesmas, com suporte material e psicológico. Pensar na criação de uma política que vincule as suas atividades ao SUS pode ser um bom começo. Sua participação na construção de planos de manejo das populações de cães e gatos é indispensável.

A pesquisa sobre a situação dos animais de companhia, na cidade de São Félix é fundamental na elaboração políticas sociais assertivas para atender a essa demanda. Neste sentido, a investigação da dinâmica de convivência da população humana com animais de companhia no território, bem como a participação protagonista das comunidades locais na construção de planos de manejo possíveis, são etapas intransponíveis. Espera-se que este estudo produza um banco de dados robusto, que contribua significativamente para a efetivação dessas políticas, o mais breve possível.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.J.S, GUILLOUX, A.G.A, ZETUN, C.B., POLO, G., BRAGA, G.B., PANACHÃO, L.I., SANTOS, O., DIAS, R.A. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 11, n. 2 (2013), p. 34 – 41, julho, 2013. Disponível em: <<https://www.revistamvez-crmv-sp.com.br/index.php/recmvz/article/view/16221>> 10. Out. 2022.

BAUER, M. W. e GASKELL, G., **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Saúde única**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-unica/saude-unica#:~:text=A%20Sa%C3%BAde%20%C3%9Anica%20%C3%A9%20uma,de%20pessoas%2C%20animais%20e%20ecossistemas>. Data de acesso: 16 ago. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Comissão de Zoonoses e Bem-Estar Animal (CZBEA/CRMV-PR). **Manejo das populações de cães e gatos em áreas urbanas.** Revista CRMV-PR. n. 34, ano IX, jan/fev/mar 2011. Disponível em: <https://www.crmv-pr.org.br/uploads/revista/arquivos/20110510090356.pdf>. Acesso em: 10. Nov. 2023.

CONSTANTINO, C. **Neighborhood dogs as sentinels for zoonoses and vector-borne diseases in public areas with high human traffic of Curitiba city, Paraná State, southern Brazil.** 88 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2016. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/48462/R%20-%20D%20-%20CAROLINE%20CONSTANTINO.pdf?sequence=1&isAllowed=y_. Acesso em: 10. Nov. 2023.

DOMINGUES, L. R., CÉSAR, J. A., FASSA, A. G., DOMINGUES, M. R. **Guarda responsável de animais de estimação na área urbana do município de Pelotas, RS, Brasil.** Ciência e saúde coletiva, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7sGW4rjBhZwhp4Ly7X6xb6P/?lang=pt>. Acesso em: 16. nov. 2023.

GARCIA, R.C.M., CALDERÓN N, FERREIRA F. Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. **Revista Panamericana de Salud Publica.** (2012): p. 140–4. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v32n2/v32n2a08.pdf>. Data de acesso: 20. Out. 2022

GOMES, V. C. P. S. **Relação entre padrão socioeconômico e variáveis ligadas ao bem estar e guarda responsável de cães e gatos em Areia-PB.** Trabalho de conclusão de curso. UFPB, Paraíba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4214/1/VCPSG15052018.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades IBGE.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felix/panorama>. Data de acesso: 12 abr. 2024.

ICAM, International Companion Animal Management Coalition. **Guia de manejo humanitário da população canina.** Disponível em: <https://www.icam-coalition.org/wp-content/uploads/2019/09/ICAM-Humane-DPM-PT.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

KOGA, D. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAVILLE, C. e DIONNE, J., **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LEWGOY, B., SORDI, C., PINTO, L. Domesticando o humano: para uma antropologia moral da proteção animal Caetano Sordi. *Ilha - revista de antropologia* v. 17, n. 2 (2015), p. 75-100. Ago/Dez 2015 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p75/31056>

Data de acesso: 15 Out. 2022.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

OSÓRIO, A. **Posse responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua**. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar, v.3, n.2, jul.-dez., p.51-75, 2011. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/56/53>. Acesso em: 20 set.2022.

OSÓRIO, A. Mãe de gato? Reflexões sobre o parentesco entre humanos e animais de estimação. In: BEVILAQUA, C. B.; VANDER VELDEN, F. (Org.). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. Curitiba: Ed. UFPR; São Carlos: Ed. UFSCar, 2016. p. 53-75. Disponível em: https://www.academia.edu/14794456/M%C3%A3e_de_gato_Reflex%C3%B5es_sobre_o_parentesco_entre_humanos_e_animais_de_estima%C3%A7%C3%A3o_paper_apresentado_%C3%A0_V_Reuni%C3%A3o_Equatorial_de_Antropologia_e_XV_Reuni%C3%A3o_de_Antrop%C3%B3logos_do_Norte_Nordeste_2015 . Acesso em: 23 mai. 2024.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RÜNCOS, L. H. E. **Bem-estar e comportamento de cães comunitários e percepção da comunidade**. 106 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/35656/R%20-%20D%20-%20LARISSA%20HELENA%20ERSCHING%20RUNCOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 Nov. 2023.

SANTOS. M. O retorno do território. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A., SILVEIRA, M. L. **Território Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SEPLAN. **Divisão territorial da Bahia**. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/MAPA-Territorios-de-Identidade-2022.pdf>. Acesso em: 26 jun.2023.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G., RRETICHE, M., MARQUES, E. (org). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

WORLD ANIMAL PROTECTION. **Entenda o que é bem-estar animal.** Disponível em:
<https://www.worldanimalprotection.org.br/mais-recente/blogs/entenda-o-que-e-bem-estar-animal/> .
Data de acesso: 20 jan. 2023.

WHO, World Health Organization. **Comite de Expertos de la OMS en Rabia.** Sexto Informe.
Disponível em:
https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/38688/WHO_TRS_523_spa.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
Data de acesso: 16 jun. 2023.